



AGRICULTURA FAMILIAR NA BAHIA: uma análise descritiva a partir do Censo Agropecuário 2006

GT – Economia Rural e Meio Ambiente

Adrielli Santos de Santana¹
João Carlos de Pádua Andrade²
Katianny Gomes Santana Estival³

RESUMO

O presente artigo visa descrever o modelo da agricultura familiar praticada na Bahia, demonstrando as potencialidades e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos proprietários de terras no meio rural. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal fonte de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de seu Censo Agropecuário 2006, que embasou na identificação do perfil agropecuário baiano predominantemente familiar, e produtivamente inferior aos demais modelos realizados no estado.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Censo Agropecuário. Bahia.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, milhares de famílias, espalhadas por todo o território nacional, retiram da terra sua fonte de sobrevivência. Para muitas dessas famílias, o cultivo do solo vai além de uma atividade econômica ou de subsistência, fazendo parte das raízes culturais que integram a identidade individual e coletiva, resultando em uma prática secular que resistiu às desigualdades históricas causadas pela sua desvalorização e pela dificuldade de inserção no mercado dominado pelas grandes elites agrárias, servindo ainda de base para as modernas agriculturas e agronegócios (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2010).

A agricultura familiar brasileira enfrentou um quadro macroeconômico adverso, fruto dos seguintes aspectos: (i) instabilidade monetária e inflação elevada; (ii) discriminação

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista PROBEX/UESC. e-mail: adrielli_santana@outlook.com

² Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede Prodema. Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela UESC. Professor do DCEC/UESC. e-mail: jcpandrade@uesc.br

³ Doutora em Ciências Sociais pela UFRRJ. Mestre em Engenharia de Produção pela UFPE. Professora do DCAC/UESC. e-mail: ksgestival@uesc.br



negativa da política agrícola que favorecia os produtores patronais; (iii) política comercial e cambial desfavorável; e (iv) deficiência dos serviços públicos de apoio ao desenvolvimento rural (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

A complexidade que envolve a temática da agricultura familiar tornam os estudos até então realizados insuficientes para explicar a dinâmica comportamental desse setor como um todo. Entretanto, em análise conjunta, servem de aporte para entender e descrever sua estruturação e traçar suas tendências, possibilitando ainda no desenvolvimento de novos estudos mais abrangentes sobre a produção rural (SILVA; JESUS, 2010).

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo caracterizar a agricultura familiar desenvolvida na Bahia, a partir das informações contidas no Censo Agropecuário 2006, fazendo uma comparação com o modelo não familiar praticado no estado.

2 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL – UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Conceituar agricultura familiar exige uma análise profunda da evolução e das transformações que essa prática sofreu ao passar dos anos (ALTAFIN, 2007). A diversidade de fatores culturais e territoriais são uma das razões que dificultam a adoção de um termo universal, e ao mesmo tempo abrangente o suficiente para atender as especificações presentes no território brasileiro (GONÇALVES; SOUZA, 2005).

A origem da agricultura familiar no país assumiu diferentes configurações e sua história se confunde com a história da formação do povo brasileiro, formado por “índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus”, cada um desses grupos contribuiu para o fortalecimento da agricultura familiar ao desenvolver atividades de pequeno porte no meio rural voltadas à própria subsistência e para os comércios locais, visto que não eram capazes de concorrer com as elites agrárias, devido à carência de insumos e técnicas de manejo e a ausência do apoio governamental (ALTAFIN, 2005, p. 9).

Para fins legais, o artigo 4º do Estatuto da Terra, de 1964, define propriedades familiares como a extensão de terras rurais, limitadas, onde se realizam atividades de cunho socioeconômico, desenvolvidas com mão de obra exclusivamente familiar dos residentes e de eventuais terceiros (BRASIL, 1964).



A institucionalização da agricultura familiar ocorreu na década de 1990 com a publicação das “Diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável” a partir das contribuições da *Food and Agriculture Organization* – FAO, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (AZEVEDO; PESSOA, 2011). O uso da expressão agricultura familiar ganhou repercussão com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, cujo objetivo principal era amenizar a pressão social empunhada pela categoria dos produtores rurais, oferecendo-lhes “crédito agrícola e apoio institucional” (SCHNEIDER, 2003, p. 100).

De acordo com a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), entende-se por agricultor familiar o indivíduo que obtém renda através de diversas atividades econômicas realizadas no meio rural e que utilizam mão de obra familiar para sua execução, além de obedecer ao limite de área composto por quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006).

A fim de evitar equívocos em sua utilização, e ao mesmo tempo ressaltando a dificuldade de encontrar uma solução para os problemas conceituais da agricultura familiar, Gonçalves e Souza (2005) apresentam dois diferentes conceitos: o primeiro baseado na superioridade do trabalho familiar dentro dos estabelecimentos rurais, e o segundo, presente nas normas do Pronaf, que segundo os autores são as mais abrangentes.

O Pronaf utilizava os critérios estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar, resguardando a importância da residência dentro ou próximo dos limites da propriedade, respeitando a quantidade máxima de dois funcionários fixos, salvo em determinadas épocas do ano em que se faz necessária o aumento da mão de obra, como por exemplo, no período da colheita. Além disso, as normas do Pronaf acrescentam o limite de “80% da renda bruta anual familiar advinda da exploração agropecuária ou não agropecuária”, proveniente de um agente ativo da Reforma Agrária (TINOCO, 2006, p. 5).

A utilização da mão de obra familiar é para alguns autores a ferramenta principal para a execução do trabalho dentro desse ramo agropecuário. Nesse sentido, Junqueira e Lima (2008) afirmam que o controle produtivo é realizado, exclusivamente, pelo produtor e sua família, não havendo diferenciação do trabalho intelectual (planejamento) do trabalho braçal (execução), visto que estes dominam todas as etapas do processo produtivo e dos meios de produção, resultando em uma forte ligação entre o produtor e o meio rural onde atua (CHALITA, 2005).



Ao mesmo tempo em que o trabalho familiar usado isoladamente para caracterizar esse tipo de atividade agrícola, unifica este grupo, ele também é capaz de gerar desigualdade no tratamento desses agentes sob a mesma denominação de agricultor familiar, pois esse termo não leva em consideração os aspectos socioeconômicos de seus integrantes (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2006).

Além disso, a distribuição geográfica das propriedades familiares pelo território brasileiro pode ser considerada um fator importante para explicar a desigualdade de renda desta categoria, resultando em pequenos produtores em situação de extrema pobreza, em contraste com grandes latifundiários do capitalismo rural (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2006).

Considerando a rentabilidade e o fluxo de capital que as atividades econômicas desenvolvidas, dentro dos padrões que as enquadram no modelo de agricultura familiar auferem a seus proprietários, juntamente com uma análise detalhada do perfil da mão de obra familiar empregada nessas propriedades, Graziano da Silva (1999 apud CHALITA, 2005) divide o agricultor familiar em três grupos: o primeiro formado pelos grandes proprietários e capitalistas agrários, que direcionam toda a atividade produtiva na busca de maior lucratividade, seguido das pequenas e médias empresas familiares e por último os produtores camponeses.

O estudo da estrutura organizacional das propriedades familiares e de sua atuação individualmente não possibilita a compreensão do comportamento desse setor como um todo, principalmente por cada segmento apresentar suas particularidades. Os novos estudos sobre a moderna agricultura familiar devem incluir como base as variáveis socioeconômicas e culturais dos produtores (CHALITA, 2005). A análise dessas variáveis aliadas aos fatores políticos e aos investimentos em equipamentos e capacitação da mão de obra formam os instrumentos básicos que, se bem utilizados, servirão como base para garantir o desenvolvimento e a melhoria das condições do cenário agrário familiar no país (JUNQUEIRA; LIMA, 2008; BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

O perfil da agricultura familiar está fundamentado, principalmente, em quatro condicionantes: (i) os incentivos aos produtores; (ii) disponibilidade dos fatores de produção; (iii) acesso a mercados; (iv) influência dos agentes externos, que analisados em conjunto se tornam fundamentais para compreender o comportamento desse setor na economia e a



atuação de seus agentes, tal como auxiliar na promoção de políticas públicas mais eficientes (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

2.1 A nova visão da agricultura familiar

Em toda a história, a agricultura assumiu posição de destaque para a formação geográfica e econômica do Brasil. Ao mesmo tempo em que as atividades agropecuárias de grande porte geravam riquezas e detinham todo o reconhecimento e apoio governamental, as suas margens surgiam as pequenas propriedades familiares, que enfrentavam diversas dificuldades para se desenvolver e produzir no meio rural (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

O tratamento dado a agricultura familiar foi fruto de generalizações equivocadas, que a igualavam a termos como “produção de baixa renda”, “pequena produção” e “agricultura de subsistência”, transformando-a em uma prática não rentável do ponto de vista econômico (ABRAMOVAY, 1997, p. 73).

Por muito tempo esta prática era considerada simplesmente como uma produção particular, isolada das demais atividades produtivas do país, pois se acreditava que seus efeitos não afetariam a estrutura agropecuária, entretanto esta visão teve que se readaptar com a descoberta do potencial da agricultura familiar na produção orgânica e economicamente sustentável, contrariando esta e muitas outras expectativas negativas que giravam ao seu redor (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2006).

O potencial da agricultura familiar foi revelado com o desenvolvimento das novas ruralidades, que permitiram o desenvolvimento da produção agropecuária, já realizadas pelas unidades familiares, como também a exploração de novas fontes de renda, baseadas nos princípios de sustentabilidade e na valorização das identidades culturais de seus agentes (SILVA; JESUS, 2010).

Os agricultores familiares estão mais aptos estrategicamente a explorar pequenos mercados através da diferenciação da produção, atendendo uma demanda específica por produtos orgânicos e agroecológicos (BUAINAIN; SOUZA FILHO 2006). Além disso, a produção familiar assumiu um papel de extrema importância na estrutura agroalimentar que busca na qualidade dos produtos fornecidos pelas famílias a garantia da segurança e soberania alimentar (OLIVEIRA; SANTOS; SILVA, 2010).



Baseado nesse contexto destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visa a compra institucional dos produtos provenientes da agricultura familiar, direcionando-os para o abastecimento de creches, escolas, restaurantes comunitários, entre outros, variando conforme a modalidade empregada, garantindo com isso, “maior estabilidade à atividade agrícola, assegurando a circulação de dinheiro na economia da própria região onde os produtos foram produzidos” (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 175).

A nova dinâmica da agricultura familiar ultrapassa os limites das propriedades rurais e do tradicionalismo agropecuário, resultando em um leque de possibilidades de desenvolvimento produtivo e de autonomia no mercado (SCHNEIDER, 2003).

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é classificado como pesquisa descritiva, construída com o objetivo de proporcionar uma visão panorâmica da agricultura familiar na Bahia, bem como somar conhecimentos às literaturas existentes sobre esta temática. Gil (2008) define esse tipo de pesquisa como aquela que procura descrever as características do objeto, tal como os fenômenos e as relações entre os fatos.

O texto foi elaborado através de pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade a identificação dos principais conceitos relacionados à agricultura familiar, e a coleta dos dados utilizados nas análises dos resultados foi sustentada por uma pesquisa documental, que consiste em informações sem tratamento analítico prévio, no qual teve como principal fonte o Censo Agropecuário 2006, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Censo Agropecuário é um importante veículo de coleta de dados sobre o perfil agrário do Brasil, e de suas unidades federativas (UF). A edição do ano de 2006 é a primeira a investigar o modelo de agricultura familiar brasileiro, diferente da edição anterior publicada em 1996, além disso, traz informações sobre as atividades desenvolvidas, as receitas geradas, as formas de ocupação do solo, e informações sobre o perfil do produtor rural brasileiro (IBGE, 2009).

Nestas considerações, os dados da pesquisa são classificados como secundários, cuja coleta foi realizada em livros, periódicos, documentos públicos, tanto em via impressa como



no meio digital (internet). No tratamento dos dados, foi utilizada a ferramenta de tabulação *Microsoft Excel*, e a exposição das informações contou com elementos da estatística-descritiva, para obter uma melhor visualização das informações, tais como tabelas e gráficos. Além disso, utilizou-se a plataforma WebCart do IBGE, para a transposição de dados do Censo Agropecuário 2006 nos mapas do estado da Bahia.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 A agricultura familiar baiana no cenário nacional

Conforme estabelecido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, o Censo Agropecuário 2006 separou a agricultura familiar em dois grupos: familiares e não familiares, seguindo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais constantes na Lei nº 11.326 (IBGE, 2009). Neste critério, foram catalogados no Brasil 84,4% dos estabelecimentos agrícolas, sendo 4.367.902 estabelecimentos no modelo familiar e 807.587 estabelecimentos não familiares. Sendo que cerca de 15,2% e 11,8% dos estabelecimentos familiares e não familiares, respectivamente, estão localizados dentro do território baiano.

Para fins comparativos dos dados disponibilizados pelos Censos Agropecuários de 1995-1996 e de 2006, durante o período de dez anos que separam essas duas pesquisas, houve um aumento de aproximadamente 9,5% no número total de estabelecimentos, e uma redução de 7,35% da área destinada às atividades agropecuárias.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, a Bahia possuía 665.831 estabelecimentos da agricultura familiar, enquadrados na Lei nº 11.326, ocupando uma área total de 9.955.563 hectares (ha), equivalente a 34% da área cultivada e 17,06% do território baiano. Ainda possuía mais 95.697 estabelecimentos distribuídos em 19.224.996 hectares, correspondendo a 66% da área cultivada e 34% do território baiano, classificados como não familiares (Tabela 1).



Tabela 1 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar na Bahia, 2006.

Agricultura	Estabelecimentos		Área		Participação na área da Bahia (%)
	Quantidade	%	Hectares	%	
Familiar	665.831	87	9.955.563	34	17,06
Não familiar	95.697	13	19.224.996	66	34,0
Total	761.528	100	29.180.559	100	

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Dentre os estados brasileiros, a Bahia é o que possui o maior número de estabelecimentos rurais da agricultura familiar (665.831), e o segundo maior número de estabelecimentos não familiares (95.697), sendo superado pelo estado de Minas Gerais (114.202), conforme demonstra a Figura 1.

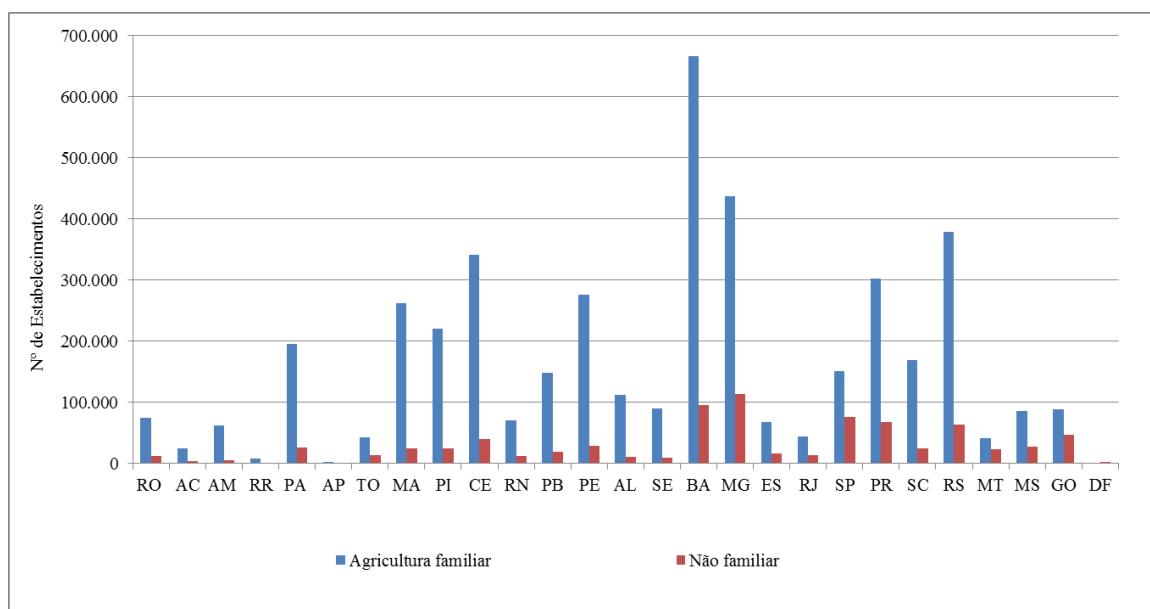


Figura 1 – Estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no Brasil, 2006.

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

A análise do tamanho médio das áreas dos estabelecimentos familiares no Brasil evidencia a inferioridade destes em relação aos estabelecimentos não familiares. Os estabelecimentos familiares no Brasil possuem tamanho médio de 18,4 hectares, com extremos mínimo de 6 hectares (Alagoas e Distrito Federal) e máximo de 118 hectares (Mato Grosso).

Com relação aos estabelecimentos não familiares, a área média chega a 309,2 hectares, sendo o tamanho mínimo de 75 hectares (Sergipe) e o máximo de 1.842 hectares (Mato Grosso).



Grosso). Ao analisar a relação entre a quantidade de estabelecimentos e a área total ocupada por estes, percebe-se que a Bahia, apesar de possuir maior área destinada à agricultura familiar, o tamanho médio das propriedades familiares é de 15,0 hectares, sendo inferior tanto a média nacional com 18,4 hectares quanto aos estabelecimentos não familiares com 200,9 hectares (Tabela 2).

Tabela 2 – Tamanho médio dos estabelecimentos da agricultura familiar na Bahia, 2006.

Locais	Estabelecimentos				Área (hectares)				Tamanho médio	
	Familiar	%	Não familiar	%	Familiar	%	Não familiar	%	Familiar	Não familiar
Brasil	4.367.902	100	807.587	100	80.250.453	100	249.690.940	100	18,4	309,2
Bahia	665.831	15,2	95.697	11,8	9.955.563	12,4	19.224.996	7,7	15,0	200,9

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

4.2 Perfil do agricultor familiar

A Bahia possuía 2.325.984 pessoas ocupadas na agricultura familiar (IBGE, 2009), correspondendo a aproximadamente 15,5% da população do estado em 2013 (IBGE, 2014). Tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, a presença masculina se sobressai em relação a feminina, com 65% de todo pessoal ocupado na agricultura familiar baiana. As mulheres correspondiam a 29% do total. Os dados disponibilizados revelam que 6% dos indivíduos possuíam idades inferiores a 14 anos, e neste grupo não há distinção por sexo. Observou-se também, que a participação do sexo masculino na agricultura não familiar é significativamente superior (Tabela 3).

Tabela 3 – Pessoal ocupado da agricultura familiar - Bahia, 2006.

Categorias	Familiares		Não familiares		Total da Agricultura Familiar	
	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%	Nº de indivíduos	%
Homens	1.178.008	63	334.259	75	1.512.267	65
Mulheres	588.564	31	92.925	21	681.489	29
Menores de 14 anos	115.239	6	16.989	4	132.228	6
Total	1.881.811	100	444.173	100	2.325.984	100

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).



Com relação à propriedade dos imóveis agrícolas, os estudos da condição do produtor em relação à terra apontaram que em mais de 93% das áreas familiares os produtores são os proprietários da terra. De maneira semelhante, 97% das áreas não familiares são de propriedade dos produtores. A presença de assentados e de ocupantes, ambos sem titulação, são maiores na agricultura familiar, atingindo aproximadamente 3,5 e 2,5%, respectivamente, enquanto que na não familiar esses valores não ultrapassam 0,7%.

4.3 Utilização das terras

Partindo do pressuposto que dentro de um estabelecimento familiar podem ser realizadas mais de uma atividade produtiva, e que o uso da terra para executá-las assume funções distintas, além disso, que as características do solo são variáveis, ou seja, uma mesma propriedade pode possuir áreas propícias à agricultura e (ou não) para a pecuária, de forma semelhante ela pode apresentar solos férteis contrapondo a áreas impróprias para o cultivo.

A Tabela 4 apresenta a distribuição percentual da área utilizada para a produção agropecuária na Bahia, conforme as principais atividades. Observa-se que o uso da terra dentro da agricultura familiar e da não familiar apresentou resultados próximos. Há a predominância do uso da área dos estabelecimentos para a pecuária, 48,14% e 41,13% respectivamente, seguido da existência de matas e/ou florestas dentro dos estabelecimentos. As lavouras, principal atividade da maioria dos estabelecimentos, ocupam em torno de 20% da área familiar e 16,28% da não familiar.



Tabela 4 – Utilização das terras da agricultura familiar na Bahia, 2006.

Descrição	Agricultura familiar		Não familiar	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Lavouras	2.013.247	20,2	3.172.122	16,5
Pastagens	4.794.291	48,2	8.040.010	41,8
Matas e/ou florestas	2.192.192	22,0	6.444.642	33,5
Sistemas Agroflorestais	513.123	5,2	932.042	4,8
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	32.732	0,3	51.538	0,3
Construções, benfeitorias ou caminhos	147.510	1,5	205.043	1,1
Terras degradadas (i)	43.829	0,4	82.219	0,4
Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (ii)	218.639	2,2	297.380	1,5
Total	9.955.563	100	19.224.996	100

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

(i) Erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.; (ii) Pântanos, areais, pedreiras, etc.

Analisando as principais atividades, separadamente, observa-se que dos 2.013.247 hectares destinados às lavouras dentro dos estabelecimentos familiares, aproximadamente 31,0% são destinadas às produções permanentes, ou seja, cultivos que apresentam um longo ciclo de duração e de produtividade, sem necessidade de replantio (IBGE, 2013). De forma semelhante na agricultura não familiar, 33,5% de um total de 3.172.122 hectares são destinados ao desenvolvimento desta atividade (Tabela 5).

Tabela 5 – Utilização das terras para lavouras – Bahia, 2006.

LAVOURAS	Familiar		Não familiar	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Permanentes	623.324	31,0	1.063.230	33,5
Temporárias	1.152.166	57,2	1.812.287	57,1
FORAGEIRAS PARA CORTE	235.999	11,7	293.585	9,3
Flores, viveiro, estufas e casas de vegetação	1.758	0,1	3.020	0,1
Total	2.013.247	100	3.172.122	100

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Verifica-se também na Tabela 5 que as lavouras temporárias assumem os mesmos valores percentuais tanto para a agricultura familiar quando para a não familiar, equivalendo a mais da metade das áreas destinadas as lavouras dos dois casos (57%). Esse tipo de lavoura é caracterizado pelo cultivo de espécies vegetais de curto prazo, não excedendo o período máximo de um ano, e tendo como uma das vantagens, o reaproveitamento do solo para novos plantios (IBGE, 2013). A terceira maior área é ocupada pelas forrageiras para corte, também



classificadas como culturas temporárias, por serem fundamentais para a formação de pastagens e para a alimentação das espécies animais em pastejo, resultando em valores superiores a 11,7% na agricultura familiar e a 9,3% na não familiar. Por último, outra igualdade de valores é estabelecida ao fazer referência à utilização das terras para a produção de flores, que em ambos os casos giram em torno de 0,1% de cada categoria, ocupando um somatório total de 4.778 hectares.

Outra análise pode ser visualizada através das Figuras 2 e 3. Na primeira, percebe-se a concentração das lavouras permanentes pelo território baiano, com destaques para as regiões que concentram uma maior área destinada a esse tipo de lavoura: Extremo Oeste Baiano, Região Sul e ao norte do Vale do São Francisco. Dentre as cinco cidades que mais possuem áreas para a produção em lavouras permanentes, destacam-se Ilhéus totalizando 68.559 hectares, cuja maioria está destinada ao cultivo do cacau, seguida respectivamente por Una (62.275 ha), Camamu (35.282 ha), Sapeaçu (33.295 ha) e Valença (29.823 ha). Ao considerar as lavouras temporárias, o cenário agrícola baiano assume outra configuração, destacando-se o Extremo Oeste Baiano e o Vale do São Francisco, característico pela produção frutífera, percebendo-se que a medida que se aproximam das regiões litorâneas, há uma tendência de diminuição dessas áreas (Figura 3).

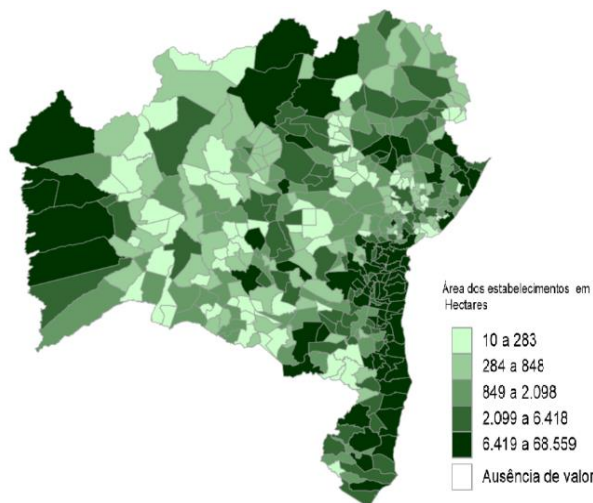


Figura 2 - Utilização das terras - Lavouras permanentes - Área dos estabelecimentos agropecuários em Hectares – Bahia, 2006.
Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

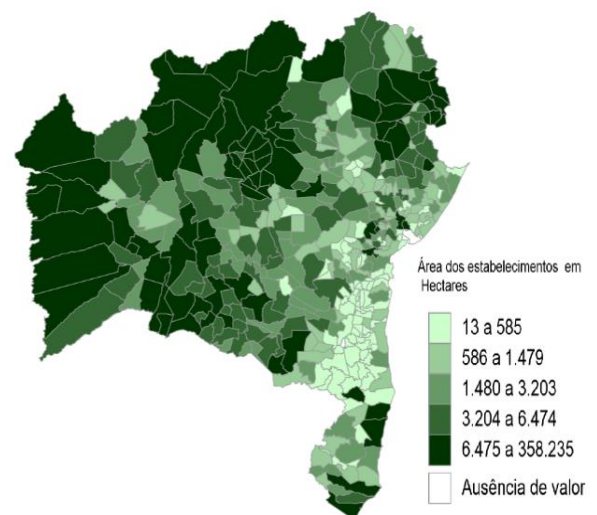


Figura 3 - Utilização das terras - Lavouras temporárias - Área dos estabelecimentos agropecuários em Hectares – Bahia, 2006.
Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).



A Tabela 6 demonstra como estão distribuídas as áreas destinadas a formação de pastagens, áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades diretamente relacionadas à pecuária (IBGE, 2013).

Na Bahia, a formação de pastagens se apresenta, fortemente, de duas maneiras: na primeira estão plantadas em solo de boas condições e na segunda, ocorrem em terrenos campestres, com pouca ou nenhuma intervenção, que dão origem as pastagens naturais (IBGE, 2013). As pastagens naturais e as pastagens localizadas em terrenos degradados apresentam percentuais superiores nos estabelecimentos familiares do que nos não familiares, invertendo-se quando o critério analisado é referente às pastagens plantadas em boas condições. Outra informação condiz que as áreas dedicadas às pastagens da produção não familiar são 67,7% superiores as da agricultura familiar, com 8.040.010(ha) contrapondo 4.794.291(ha).

Tabela 6 - Utilização das terras para pastagens – Bahia, 2006.

PASTAGENS	Familiar		Não familiar	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Naturais	1.963.814	41,0	3.162.973	39,3
Plantadas degradadas	535.910	11,2	735.767	9,2
Plantadas em boas condições	2.294.567	47,9	4.141.270	51,5
Total	4.794.291	100	8.040.010	100,00

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

4.4 A Renda da produção familiar baiana

A receita gerada pela agricultura familiar baiana tem como destaque a comercialização de produtos vegetais (75,7%), criação e venda de produtos de origem animal (16,5%) e a venda de produtos provenientes da agroindústria (6,2%), conforme demonstra a Tabela 7.



Tabela 7 – Receitas da agricultura familiar, conforme principais atividades, Bahia, 2006.

Descrição	Familiar		Não familiar		Participação na renda agrícola (%)	
	Valor (1 000 R\$)	%	Valor (1 000 R\$)	%	Familiar	Não Familiar
Produtos vegetais	2.136.538	75,7	3.309.738	76,0	39,2	60,8
Animais e seus produtos	464.708	16,5	489.070	11,2	48,7	51,3
Animais criados em cativeiro	3.504	0,1	21.191	0,5	14,2	85,8
Venda de húmus e/ou esterco	1.657	0,1	1.865	0,0	47,0	53,0
Turismo rural no estabelecimento	409	0,0	609	0,0	40,2	59,8
Exploração mineral	1.731	0,1	3.041	0,1	36,3	63,7
Produtos da agroindústria	173.771	6,2	462.879	10,6	27,3	72,7
Prestação de serviço (i)	7.374	0,3	5.396	0,1	57,7	42,3
Prestação de serviços (ii)	27.822	1,0	58.357	1,3	32,3	67,7
Outras atividades não agrícolas (iii)	4.530	0,2	1.730	0,0	72,4	27,6
Total	2.822.044	100	4.353.876	100		

Fonte: Elaborada a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

(i) De beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros; (ii) Para empresa integradora; (iii) Realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.).

A estrutura de formação dessas receitas dentro dos modelos familiares e não familiares assumem valores percentuais próximos, entretanto, em valores monetários, é visível uma superioridade do modelo não familiar, resultante do acesso destes produtores a tecnologias e técnicas que contribuem para a redução dos custos produtivos, possibilitando o aumento das receitas.

Ainda é possível verificar que a participação da agricultura não familiar na renda agrícola baiana é superior na maioria das atividades analisadas pelo Censo Agropecuário. Verificando o modelo familiar, valores superiores são encontrados nas atividades de prestação de serviços, que engloba a terceirização de etapas do beneficiamento dos produtos agrícolas, e nas atividades não agrícolas, também identificadas como artesanais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo Agropecuário é uma importante ferramenta de auxílio nos estudos do sistema agropecuário brasileiro, e fundamental na identificação do perfil agrário de cada estado. Com a realização do presente trabalho denota-se que a Bahia possui o maior número de



estabelecimentos incluídos no modelo da agricultura familiar brasileira, possuindo também a maior área destinada a produção agropecuária. O estado possui condições propícias ao cultivo de diferentes produtos, destacando a fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e a cultura do cacau na região Sul. Na pecuária se destaca o produto bovino e seus derivados.

O predomínio do modelo familiar vai além do número de estabelecimentos, ele se faz presente na absorção de mão de obra e na dependência das famílias ao meio rural, resultando em um percentual superior (323,7%) de pessoas ocupadas em comparação ao modelo não familiar. Por outro lado, as receitas geradas pela produção agropecuária se mostram inferiores dentro das propriedades familiares, frutos da carência de insumos e tecnologias que modernizem a atividade produtiva no meio rural resultando em uma baixa produtividade dos estabelecimentos, juntamente com a ausência de políticas públicas eficientes para atender as demandas dos pequenos agricultores, contribuindo para sua sobrevivência nos mercados capitalistas. Consequentemente, garantem a produtores não familiares auferirem receitas, cerca de 54,3%, superiores do que os demais.

Percebe-se no contexto apresentado e seguindo a lógica exposta por Abramovay (1997), que o primeiro passo para o reconhecimento e valorização das práticas familiares no meio rural se constitui no rompimento de sua associação à pobreza, possibilitando assim, o surgimento de ações em prol do desenvolvimento da agricultura familiar e da melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais e suas famílias.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em:
<<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. O Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, dez. 2011. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-



45132011000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jul. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132011000300009>

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 13 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 8 jul. 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 10, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jul. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222003000200011>.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de (Col.). **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006. 136p. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2014.

CHALITA, Marie Anne Naim. Agricultura familiar na citricultura paulista: a reconstituição da trajetória de um conceito. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/381.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE. 2009. 267 p. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2014.

_____. **Manual técnico de uso da terra**. 3. ed – Rio de Janeiro, 2013.

_____. Estados@. 2014. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>. Acesso em: 16 ago. 2014.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/5469>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, José Sidnei; SOUZA, Sueli Alves Moreira. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. **Artigos de Políticas Públicas**. Instituto de Economia



Agrícola, 2005. Disponível

em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

OLIVEIRA, Cibele Cristina Bueno de; SANTOS, Clenivalda França dos; SILVA, Volnei Porfírio da. As redes sociais dentro da política nacional de assistência técnica e extensão rural - uma análise teórica da política pública. In: ENCONTRO DE REDE DE ESTUDO RURAL, 4., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2010. Disponível em:

<<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/As%20redes%20sociais%20dentro%20da%20pol%C3%ADtica%20nacional%20de%20assist%C3%A2ncia%20.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jul. 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008>.

SILVA, José Ribeiro da; JESUS, Paulo de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 5., 2010, Maceió. **Anais...** Maceió, 2010. Disponível em:

<<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã, SP.** 2006. Tese de Doutorado. UNESP. Disponível em:

<http://www.caunesp.unesp.br/publicacoes/dissertacoes_teses/teses/Tese%20Sonia%20Terezinha%20Juliatto%20Tinoco.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2014.